

## **REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA**

### **Preâmbulo**

A adequação dos cursos ao Processo de Bolonha pressupõe uma mudança de paradigma de um modelo baseado na aquisição passiva de conhecimentos, para um modelo de desenvolvimento de capacidades e competências em que o aluno passou a ser o verdadeiro centro de aprendizagem.

Esta mudança de paradigma deve naturalmente ter implicações ao nível da avaliação da aprendizagem dos alunos, pois, assim como para a construção dos novos currículos, houve a necessidade de ponderar o trabalho efetivamente realizado pelo aluno, também para sua avaliação, se deverá ter em conta não só o trabalho por ele realizado em contacto com o docente, nas suas diversas modalidades, como também o seu trabalho independente.

O presente regulamento constitui uma reformulação do regulamento de avaliação aprovado em 2011/2012 com o intuito de incluir alterações que se evidenciaram necessárias após a aplicação do anterior regulamento. É aplicável a partir do ano letivo de 2013/2014. Pretende-se privilegiar a avaliação distribuída ao longo do período letivo em substituição do exame final único.

### **Artigo 1.º**

#### **(Âmbito)**

1. O presente regulamento aplica-se a todos os cursos ministrados na Universidade da Madeira, com exceção dos cursos breves e dos cursos que, sendo resultantes de protocolos com outras instituições, tenham um regulamento de avaliação próprio.
2. As Unidades Curriculares (UC) do tipo estágio/dissertação ou prática de ensino supervisionada, são alvo de regulamentação própria, não sendo abrangidas por este regulamento.

### **Artigo 2.º**

#### **(Definição)**

1. Entende-se por avaliação da aprendizagem o processo pelo qual são aferidos de forma global e integrada, os conhecimentos, as capacidades e competências do aluno em relação aos objetivos propostos de uma UC, sem perder de vista os objetivos gerais dos cursos.
2. Para se submeter ao processo de avaliação, numa determinada UC, os alunos têm de estar regularmente inscritos nessa UC.
3. A avaliação da aprendizagem culmina na atribuição de uma classificação ao resultado da aferição dos conhecimentos e competências, expressa numa escala de números inteiros entre 0 e 20.
4. É considerado:
  - a) "Aprovado" - o aluno que obtiver uma classificação final no intervalo de 10 a 20 valores;

- b) "Reprovado" - o aluno que obtiver uma classificação final no intervalo de 0 a 9 valores;
  - c) "Não avaliado" - o aluno que não cumpriu com alguma das componentes obrigatórias de avaliação definidas para a UC.
5. Em paralelo com a utilização da escala de 0 a 20 valores, é aplicada a escala europeia de comparabilidade de classificações, sempre que tal seja possível.
6. A escolha dos Modelos e elementos de avaliação da UC é da competência do docente responsável por esta, desde que não esteja em contradição com os restantes artigos deste regulamento, obedecendo, no entanto, às seguintes diretrizes:
- a) Até cinco dias úteis antes do início das aulas, o docente responsável por cada UC deverá informar, o Presidente do respetivo Colégio ou, no caso dos cursos inseridos em projetos, os respetivos Coordenadores sobre o Programa, incluindo:
    - i) Modelo de avaliação adotado, de entre os modelos definidos no Anexo I;
    - ii) Ponderação dos diversos elementos de avaliação;
    - iii) Datas para a realização ou entrega dos elementos de avaliação.
  - b) O docente responsável pela UC deverá também colocar esta informação referida na alínea anterior na ficha da disciplina que se encontra disponível no serviço SIDOC.

Qualquer alteração posterior carece de aprovação do Presidente do Colégio respetivo ou, no caso dos cursos inseridos em projetos, dos respetivos Coordenadores, entidades a quem caberá, no início de cada ano letivo, fixar os procedimentos a seguir.

### **Artigo 3.º**

#### **(Épocas de avaliação)**

1. Existem as seguintes épocas de avaliação:
  - a) Época Normal, que será integralmente realizada durante o período letivo.
  - b) Época de Recurso, que será realizada nas duas últimas semanas de cada semestre e durante a qual só podem ser realizadas atividades de avaliação de recurso ou de melhoria de nota.
  - c) Época Especial, que será realizada em setembro, antes do início das aulas e que se destina aos casos previstos na lei.
2. Todas as Unidades Curriculares devem prever estas épocas, mas o acesso poderá ser limitado a determinadas condições explícitas na avaliação estabelecida pelo docente.

### **Artigo 4.º**

#### **(Componentes de avaliação)**

1. Entende-se por componentes de avaliação os conjuntos de elementos de avaliação da UC que visam avaliar:
  - a) A aquisição das capacidades e competências de âmbito teórico e teórico-prático – Componente teórica/ teórico-prática;



- b) A aquisição das capacidades e competências de âmbito prático – Componente prática.

### **Artigo 5.º**

#### **(Regimes de avaliação)**

1. Consideram-se os seguintes regimes de avaliação:
  - a) Avaliação periódica;
  - b) Avaliação contínua.
2. A avaliação periódica é obrigatória.
3. A avaliação contínua é opcional, ficando a adoção deste regime de avaliação ao critério do docente, devendo esta informação ser incluída no parágrafo iii) da alínea a) do ponto 6 do artigo 2º.
4. Entende-se por avaliação periódica, a avaliação que se efetua no decurso do período letivo através de elementos de avaliação, seguidamente referidos:
  - a) Frequências;
  - b) Mini-testes;
  - c) Provas orais;
  - d) Trabalhos ou relatórios;
  - e) Provas práticas;
  - f) Projetos.

Não podem ser programados para o mesmo dia dois ou mais elementos de avaliação dos tipos frequência ou prova oral de unidades curriculares distintas, pertencentes ao mesmo ano curricular de um mesmo curso da Universidade.

5. Entende-se por avaliação contínua, a avaliação que reflete a constante interação entre docentes e alunos.
6. A avaliação contínua decorre durante o período letivo e desta avaliação fazem parte os seguintes elementos de avaliação:
  - a) Assiduidade às atividades letivas;
  - b) Intervenções críticas fundamentadas no decurso das aulas;
  - c) Intervenções em fóruns de debate;
  - d) Práticas clínicas;
  - e) Práticas em contexto laboral.
7. Ambos os regimes de avaliação devem prever a aquisição das capacidades e competências enunciadas nos descritores de Dublin, ou seja:
  - a) Conhecimento e capacidade de compreensão;
  - b) Aplicação de conhecimentos e compreensão;

- c) Realização de julgamento/tomada de decisões;
  - d) Comunicação;
  - e) Competências de auto-aprendizagem.
8. Durante o período letivo têm que ser realizados pelo menos dois elementos de avaliação periódica, sendo que nenhum elemento de avaliação pode ter um peso superior a 50% da classificação final.
  9. O acesso a determinados elementos de avaliação pode estar condicionado à frequência de um número mínimo de aulas, desde que tal tenha sido estabelecido no modelo de avaliação escolhido pelo docente (de acordo com a alínea a) do ponto 6 do artigo 2.º).
  10. O docente pode fixar uma nota mínima para qualquer uma das componentes de avaliação, podendo, caso o número de elementos de avaliação nessa componente seja dois, fixar uma nota mínima para cada elemento.
  11. O acesso a qualquer elemento de avaliação durante o período letivo não pode estar condicionado à obtenção de notas mínimas em elementos de avaliação anteriores, exceto se esses elementos de avaliação não puderem ser recuperados na época de recurso.
  12. A componente teórica/teórico-prática de uma UC pode ser recuperada em recurso mas, no caso da UC ser apenas avaliada por elementos teóricos/teórico-práticos a avaliação na época de recurso pode ou não corresponder a 100% da classificação final, ficando esta decisão ao critério do docente.
  13. Na época de recurso não pode ser alterada a ponderação estabelecida para os elementos de avaliação no período letivo.
  14. A possibilidade da componente prática, que pela sua natureza tem de ser avaliada ao longo do período letivo, ter avaliação de recurso fica ao critério do docente.
  15. Sempre que possível e desde que tal não represente custos acrescidos/riscos de danos, o docente pode permitir que os trabalhadores-estudantes realizem a avaliação prática do período letivo fora do horário normal das aulas, mas esses alunos são obrigados a realizar exatamente os mesmos trabalhos que os restantes alunos.
  16. Os alunos com estatuto de trabalhador-estudante têm direito aos benefícios e regalias previstos na lei e constituem exceção ao disposto nos pontos 8 e 10 deste artigo, no que se refere a não estarem sujeitos à frequência de um número mínimo de aulas e a poderem fazer a totalidade da componente teórica/teórico-prática na época de recurso.

### **Artigo 6.º**

#### **(Modelos de avaliação)**

1. A avaliação periódica de cada UC deve obedecer a um dos modelos de avaliação definidos no Anexo 1 deste regulamento.
2. Caso o docente não indique nenhum modelo de avaliação até 5 dias úteis antes do início das aulas é selecionado por defeito o modelo de avaliação B, sendo as datas dos elementos de avaliação fixadas pelo Presidente do respetivo Colégio, ou pelos Coordenadores no caso dos cursos inseridos em projetos.



### **Artigo 7.º**

#### **(Avaliação durante o período letivo)**

1. Os Colégios, ou no caso dos cursos inseridos em projetos, os respetivos Coordenadores, são responsáveis pela coordenação do calendário das provas de avaliação, que são distribuídas ao longo do período letivo.
2. As provas de avaliação das UC, que sejam comuns a vários cursos, têm prioridade na marcação do momento e local da avaliação e são coordenadas pelos respetivos Colégios.

### **Artigo 8.º**

#### **(Avaliação durante a época de recurso)**

1. Durante a época de recurso são realizadas provas de avaliação de recurso ou de melhoria dos elementos de avaliação obtidos durante o período letivo.
2. Os Colégios, ou no caso dos cursos inseridos em projetos, os respetivos Coordenadores, são responsáveis pela coordenação do calendário das provas de avaliação.
3. As provas de avaliação das UC que sejam comuns a vários cursos, têm prioridade na marcação do momento e local e são coordenadas pelos Colégios.

### **Artigo 9.º**

#### **(Época especial de avaliação)**

1. Há uma época especial de avaliação para os casos previstos na lei, a ter lugar no mês de setembro para:
  - a) Os alunos que, tendo reprovado até três UC (anuais ou semestrais), com a aprovação nas mesmas obtenham, nesse mesmo ano letivo, o grau que frequentam;
  - b) Os alunos que usufruam do estatuto de trabalhador-estudante;
  - c) Os alunos que usufruam do estatuto de atleta de alta competição;
  - d) Os alunos abrangidos pelas medidas de apoio social a mães e pais estudantes;
  - e) Os alunos militares;
  - f) Os alunos com necessidades educativas especiais, devidamente comprovadas;
  - g) Os alunos que representam ativamente a UMa (alunos que desenvolvam atividades extracurriculares, reconhecidas como relevantes pela Reitor, sob parecer da Associação Académica).
2. Os alunos descritos no ponto 1 deste artigo têm direito a fazer a totalidade da componente teórica/teórico-prática de cada UC, ficando a possibilidade da componente prática ter avaliação em época especial ao critério do docente responsável pela UC.
3. É necessário proceder à inscrição para as provas de época especial, dentro do prazo determinado pela Universidade.

**Artigo 10.º**  
**(Provas especiais)**

1. Há provas especiais, nos casos previstos na lei e para:
  - a) Os alunos eleitos para órgãos de governo da UMA ou para os Conselhos Pedagógicos;
  - b) Os alunos eleitos como membros efetivos dos corpos sociais da Associação Académica e das Associações de Estudantes da UMA;
  - c) Os alunos praticantes de alta competição, como substituição de provas de avaliação a que não puderam comparecer, devido à participação em competições desportivas coincidentes com aquelas.
2. Estas provas devem funcionar como recurso de situações excecionais, devidamente comprovadas, que impediram a avaliação do aluno durante o período letivo.
3. A realização destas provas carece de parecer positivo do Presidente do respetivo Colégio ou, nos casos dos cursos inseridos em projetos, dos respetivos Coordenadores.
4. Os alunos descritos no ponto 1 deste artigo têm direito a fazer a totalidade da componente teórica/teórico-prática de cada UC, ficando a possibilidade de se fazer prova especial incidente sobre a componente prática ao critério do docente responsável pela UC.
5. Estas provas podem realizar-se em qualquer altura do ano letivo, desde que tenham a concordância do docente quanto às datas da sua realização, não podendo ultrapassar cinco provas em cada ano letivo, para além das provas nas épocas normal, de recurso e especial já consagradas na legislação em vigor, com o máximo de duas por UC.
6. As provas especiais são realizadas sem interrupção das atividades letivas da Universidade.
7. É necessário proceder à inscrição para as provas especiais.

**Artigo 11.º**  
**(Melhoria de nota)**

1. Os alunos, que pretendam melhorar a classificação final que lhes foi atribuída, podem submeter-se a provas adicionais, devendo, para isso, efetuar a respetiva inscrição.
2. A inscrição em melhoria de nota pode realizar-se apenas uma vez para cada Unidade Curricular.
3. A melhoria de nota numa UC pode ser efetuada ou na época de recurso do semestre letivo em que o aluno obteve aprovação, ou na época especial para os alunos nas condições da alínea a) do ponto 1. do Artigo 9º e para os alunos recém-licenciados, ou em qualquer época do semestre em que a UC funcionar no ano letivo seguinte.
4. A melhoria de nota respeita os conteúdos programáticos e os critérios de avaliação do ano letivo em que é requerida.
5. É possível a melhoria de nota nas UC que tenham deixado de ser lecionadas. Neste caso o ano letivo referido no ponto 4. deste artigo é o anterior em que é feita a inscrição.
6. As UC obtidas por equivalência não podem ser objeto de melhoria de nota.



7. De entre a classificação obtida anteriormente e a da melhoria de nota, prevalece a que for mais favorável ao aluno.
8. Aos alunos recém-licenciados é permitida a melhoria de nota das UC, no âmbito das alíneas anteriores deste artigo, antes de requerido o certificado definitivo de conclusão de curso.
9. Caso um aluno recém-licenciado pretenda efetuar melhoria de nota mas necessite de documento comprovativo de conclusão de curso, deve preencher uma declaração, nos termos do Anexo 2 a este Regulamento, a entregar na Unidade de Assuntos Académicos.
10. Nas condições previstas no ponto anterior, no certificado a entregar ao aluno, deve constar a seguinte informação: "Atendendo a que o aluno declarou pretender submeter-se a melhoria de nota, a classificação final constante neste certificado poderá ser mantida ou alterada para um valor superior, em função do resultado obtido".

### **Artigo 12.º**

#### **(Relevação de faltas)**

1. Quando a metodologia de avaliação envolver a assiduidade dos alunos, as faltas são relevadas, desde que devidamente justificadas, nos seguintes casos:
  - a) Doença ou incapacidade temporária, devidamente comprovada por atestado médico;
  - b) Assistência na doença a filhos e familiares em 1.º grau, desde que justificada por documento emitido por autoridade médica competente;
  - c) Falecimento do cônjuge, parente ou afim no 1.º grau, até cinco dias consecutivos, e no 2.º grau até dois dias consecutivos, justificado pelo respetivo comprovativo;
  - d) Dias consagrados ao culto das diferentes confissões religiosas oficialmente reconhecidas;
  - e) Dirigente associativo jovem, nos seguintes casos:
    - i) Faltas motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertence, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
    - ii) Faltas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo;
  - f) Praticantes Desportivos em regime de alta competição, durante o período de preparação e participação em competições desportivas, mediante entrega de declaração comprovativa emitida pelo Instituto do Desporto;
  - g) Faltas motivadas pela participação nos Campeonatos Nacionais Universitários ou nos Campeonatos Europeus Universitários, mediante entrega de declaração comprovativa emitida pela Associação Académica;
  - h) Faltas motivadas pela comparência em reuniões de órgãos da Universidade, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
  - i) Faltas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia-geral de alunos, no caso de estas coincidirem com o horário letivo, até ao máximo de duas faltas por ano letivo.
2. A relevação de faltas é da competência do diretor de curso, devendo a respetiva justificação ser apresentada no prazo de três dias úteis após a cessação do impedimento.

3. A relevação de faltas é válida apenas para efeitos de assiduidade, não originando a dispensa da prestação de elementos de avaliação.
4. Em caso de coincidência entre o período de impedimento e a realização de elementos de avaliação, o docente da unidade curricular propõe uma alternativa que deve ser comunicada ao diretor de curso e ao Colégio respetivo ou, no caso dos cursos inseridos em projetos, aos respetivos Coordenadores.
5. Os regimes aplicados a estudantes grávidas e mães ou pais, cujos filhos tenham até três anos de idade, e a praticantes desportivos em regime de alta competição encontram-se definidos na Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro, respetivamente.

### **Artigo 13.º**

#### **(Atendimento aos alunos)**

O horário semanal de atendimento aos alunos é divulgado pelo docente respetivo, até cinco dias úteis antes do início das aulas, devendo ser comunicado ao Colégio ou, no caso dos cursos inseridos em projetos, ao respetivo Coordenador e indicado na ficha de todas as UC em que o docente participa nesse ano.

### **Artigo 14.º**

#### **(Prazo para afixação das pautas)**

1. Os alunos são informados da afixação pública dos resultados de cada momento de avaliação, pelo envio de uma mensagem de correio eletrónico, através dos serviços informáticos da UMa, a todos os alunos inscritos na respetiva UC.
2. A afixação pública ocorre quando o docente carrega o ficheiro com os resultados de cada momento de avaliação no submenu correspondente do menu criado no SIDoc, estando disponível para a consulta dos alunos no Sistema de Informação dos Alunos (InfoAlunos) através da consulta do ficheiro no submenu *Ficheiros* do menu *Disciplina* do InfoAlunos.
3. O carregamento do ficheiro com os resultados de cada elemento de avaliação deve ser feito até 30 dias seguidos após a sua realização, que inclui a data e hora para a possibilidade de revisão da prova, ocorrendo esta no prazo definido no número 2 do artigo 15.º.
4. O carregamento das pautas confirmadas dos elementos de avaliação realizados no período letivo deve ser feito e, pelo menos, 72 horas antes da realização das provas da época de recurso da respetiva UC.
5. É de vinte dias úteis o período máximo para afixação das pautas temporárias das provas realizadas na época de recurso.
6. Após a afixação das pautas temporárias, é de 10 dias úteis o período máximo para o lançamento das pautas definitivas.



### **Artigo 15.º**

#### **(Consulta e revisão das provas de avaliação)**

1. Após a afixação pública da classificação provisória de provas de avaliação, é conferido aos alunos o direito de consultar as suas provas.
2. Nesta afixação, consta o dia, hora e local onde os alunos podem fazer a referida consulta, com um intervalo mínimo de 48 horas e máximo de 7 dias úteis após a afixação prevista no número anterior.
3. Os alunos têm acesso à sua prova de avaliação, ao respetivo enunciado, aos critérios de classificação e às cotações de cada uma das perguntas, bem como ao resultado obtido em cada uma delas.
4. No âmbito dessa consulta, os alunos podem solicitar, ao responsável da disciplina, a revisão da classificação das respostas, fundamentando o seu pedido.
5. Não podem ser efetuadas consulta e/ou revisão dos elementos de avaliação orais ou de qualquer componente do ponto 7 do artigo 5º.
6. Após a apreciação deste pedido de revisão de provas pelo responsável da disciplina, a classificação provisória da prova é transformada em definitiva e afixada, nos termos do artigo anterior.

### **Artigo 16.º**

#### **(Recurso de pedido de revisão de provas)**

1. Os alunos podem recorrer do resultado da revisão de elementos de avaliação, prevista no artigo 15.º, mediante requerimento devidamente fundamentado, pelo qual é devido o valor constante da Tabela de Emolumentos da Universidade da Madeira.
2. O recurso deve ser solicitado à Unidade de Assuntos Académicos, nos dois dias úteis seguintes ao da afixação/divulgação das pautas definitivas de classificação.
3. Para efeito de fundamentação do pedido de revisão, os alunos têm direito a requerer cópia dos elementos indicados no ponto 3 do artigo 15.º, sem custos adicionais ao valor mencionado no ponto 1 deste artigo.
4. Quando sejam solicitadas as cópias mencionadas no artigo anterior, é dado um prazo adicional de dois dias úteis, sobre a disponibilização dos mesmos elementos, para completar a fundamentação do recurso da revisão de provas.
5. A Unidade de Assuntos Académicos envia o pedido de recurso ao diretor de curso no prazo de dois dias úteis.
6. No prazo de vinte dias úteis, a contar da data da receção do pedido pelo diretor de curso, deve ser tomada uma decisão por um júri constituído pelo diretor de curso (presidente do júri), e por dois docentes, da mesma área disciplinar, ou outra afim, nomeados pelo diretor de curso.
7. Sempre que o docente responsável pela UC for o diretor de curso, o Presidente do respetivo Colégio, ou o Coordenador do respetivo projeto, no caso dos cursos inseridos em projetos, nomeia um docente para presidir ao júri.

8. Aos alunos que tenham solicitado o recurso formal da classificação de provas de avaliação e cuja classificação final venha a ser objeto de alteração positiva (no sentido solicitado pelo aluno), é devolvida a importância depositada aquando da entrega do requerimento do recurso.

### **Artigo 17.º**

#### **(Medidas de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, deficiências físicas ou sensoriais)**

1. Os alunos com necessidades educativas especiais que pretendam medidas de apoio têm de fazer prova da sua situação, mediante requerimento, acompanhado dos respetivos comprovativos médicos, no ato da inscrição.
2. Após a entrega dos comprovativos médicos, a Unidade de Assuntos Académicos envia aos diretores de curso, no prazo máximo de uma semana, a lista dos alunos com necessidades educativas especiais, que tenham requerido apoio, acompanhada dos respetivos documentos.
3. Compete ao diretor de curso, tendo em consideração os elementos fornecidos pela Unidade de Assuntos Académicos, solicitar ao responsável pela UC as alterações pontuais a introduzir na mesma.
4. Se houver acordo com o respetivo docente, pode ser concedida aos alunos com necessidades educativas especiais a possibilidade de efetuar gravações áudio das aulas, com a condição de utilizarem as gravações assim obtidas para fins exclusivamente escolares e pessoais.
5. No caso de não haver consenso em relação ao ponto anterior, o docente deve, de forma adequada ao tipo de deficiência, fornecer atempadamente elementos referentes a cada aula.
6. Por mútuo acordo entre os docentes e os alunos com necessidades educativas especiais, as formas e métodos de avaliação devem ser adaptados ao tipo de deficiência, de acordo com os meios disponíveis.
7. Na realização dos elementos de avaliação escritos, quando a deficiência implicar maior morosidade na leitura e/ou escrita, deve ser concedido aos alunos com necessidades educativas especiais um período adicional de tempo para a realização desse elemento.
8. Os prazos de empréstimo para leitura domiciliária praticados pela Unidade de Documentação e Arquivo são alargados para os alunos com necessidades educativas especiais, em moldes a definir pelo responsável pela Unidade.
9. Sempre que o esforço semanal com o(s) aluno(s) com necessidades educativas especiais o justifique, o docente tem o direito a efetuar uma contabilidade justificada do mesmo e pedir, por escrito, a sua inclusão nas horas letivas de serviço que lhe são distribuídas pelo respetivo Centro de Competências.

### **Artigo 18.º**

#### **(Fraudes)**

1. Qualquer elemento de avaliação deve realizar-se em condições que salvaguardem:



- a) A confirmação de identidade do aluno;
  - b) A confirmação da entrega do elemento de avaliação;
  - c) A deteção da prática de “fraude académica”.
2. A “fraude académica” inclui situações de cópia ou plágio em provas de avaliação.
  3. Considera-se que ocorre cópia em teste ou exame quando o aluno:
    - a) Recorre a materiais não autorizados pelo docente;
    - b) Recorre a informação, não autorizada, disponibilizada por terceiros;
    - c) Disponibiliza informação não autorizada a colegas.
  4. O plágio consiste na utilização de ideias e/ou trabalho produzido por outros, omitindo a fonte de informação.
  5. Considera-se que ocorre plágio, quando
    - a) uma parte ou a totalidade de um trabalho contém materiais não referenciados, isto é, que não são da autoria do(s) aluno(s), mas que são apresentados como tal, sendo omissa a fonte de onde foram retirados;
    - b) é transcrito, palavra por palavra, um texto elaborado por alguém sem a identificação do autor;
    - c) um autor é parafraseado, sem a sua identificação;
    - d) é realizada uma tradução direta, sem a menção as fontes.
  6. Sempre que o docente detetar uma situação de cópia, em flagrante, deve imediatamente anular a prova do(s) aluno(s) em causa e comunicar o facto ao diretor de curso para procedimento adequado.
  7. Sempre que seja detetado um plágio, o docente deve anular a prova do(s) aluno(s) em causa.
  8. Sempre que o docente tenha uma suspeita de cópia ou plágio deve:
    - a) Confrontar o(s) aluno(s) em causa, ficando a classificação retida até ao pleno esclarecimento da situação; e/ou
    - b) Realizar uma prova oral ao(s) aluno(s) em causa, se isso for relevante para o esclarecimento da situação.

### **Artigo 19.º**

#### **(Violações do Regulamento de Avaliação da Aprendizagem)**

1. Qualquer violação do presente regulamento é passível de reclamação, mediante requerimento fundamentado e dirigido ao Presidente do respetivo Colégio ou, no caso dos cursos inseridos em projetos, ao respetivo Coordenador.
2. Após a receção de uma reclamação por violação do Regulamento de Avaliação da Aprendizagem, o respetivo Colégio ou, no caso dos cursos inseridos em projetos, o respetivo Coordenador tem dez dias úteis para avaliar a situação e tomar uma decisão.

3. Se o Presidente do Colégio ou o Coordenador do projeto, encontrar matéria para procedimento disciplinar, o processo é encaminhado para o órgão competente.
4. O recurso da decisão do Presidente do Colégio ou do Coordenador do projeto é dirigido ao Reitor da Universidade da Madeira.

### **Artigo 20.º**

#### **(Disposições finais)**

1. Os casos omissos ao presente Regulamento, assim como possíveis dificuldades surgidas na sua aplicação, são resolvidos pelo Conselho Pedagógico do respetivo Colégio ou, no caso dos cursos inseridos em projetos, pelo respetivo Coordenador, no âmbito da sua competência, ou submetidos superiormente.
2. As revisões intercalares do presente regulamento só podem ser realizadas em reunião dos Conselhos Pedagógicos, expressamente convocada para o efeito por 2/3 dos seus membros ou pelo Presidente do Colégio.



### Anexo I

#### Modelo de Avaliação A

Elemento de Avaliação	Pertence a que componente	Número	Peso dos elementos	Nota Mínima	Como é que funciona o recurso?	Trabalhadores Estudantes
Frequências	Teórica/ Teórico-prática	Máximo 3	A definir pelo docente	A definir pelo docente para cada frequência ou para o conjunto, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	A avaliação na época de recurso pode ou não corresponder a 100% da classificação final, ficando esta decisão ao critério do docente.	Podem recuperar 100% da classificação total no exame de época de recurso ou na época especial
Mini-testes e/ou Trabalhos ou relatórios e/ou Provas orais		Máximo 5	A definir pelo docente	A definir pelo docente para cada elemento ou para o conjunto, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	A classificação de um ou mais elementos pode ser recuperada, por exame (escrito), mantendo-se a ponderação dos elementos utilizada durante o período letivo	Podem recuperar 100% da classificação total no exame de época de recurso ou na época especial

#### Modelo de Avaliação B

Elemento de Avaliação	Pertence a que componente	Número	Peso dos elementos	Nota Mínima	Como é que funciona o recurso?	Trabalhadores Estudantes
Frequências	Teórica/ Teórico-prática	Máximo 3	A definir pelo docente	A definir pelo docente para cada frequência, ou para o conjunto, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	A classificação de uma ou mais frequências pode ser recuperada, por exame (escrito).	Podem recuperar 100% da classificação total desta componente no exame de época de recurso ou na época especial
Trabalhos ou relatórios e/ou Provas orais	Prática	Máximo 6	A definir pelo docente	A definir pelo docente para cada relatório ou para o conjunto, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	Pode ou não ser recuperado em recurso, ficando ao critério do docente	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais.
Provas práticas		Máximo 3	A definir pelo docente	A definir pelo docente para cada prova ou para o conjunto, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	Pode ou não ser recuperado em recurso, ficando ao critério do docente	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais.

O número máximo (total) de elementos de avaliação neste modelo é de 8

#### Modelo de Avaliação C

Elemento de Avaliação	Pertence a que componente	Número	Peso dos elementos	Nota Mínima	Como é que funciona o recurso?	Trabalhadores Estudantes
Trabalhos ou Relatórios e/ou Provas orais	Prática	Máximo 8	A definir pelo docente	A definir pelo docente para cada trabalho ou relatório ou prova, ou para o conjunto, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	Pode ou não ser recuperado em recurso, ficando ao critério do docente	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais.
Provas Práticas		Máximo 2	A definir pelo docente	A definir pelo docente, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	Pode ou não ser recuperado em recurso, ficando ao critério do docente	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais.
Projetos	Teórica/ Teórico-prática OU Prática	Máximo 3	A definir pelo docente	A definir pelo docente, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	O docente pode permitir o recurso de algum (ou mesmo todos) os projetos	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais.

O número máximo (total) de elementos de avaliação neste modelo é de 10

### Modelo de Avaliação D

Elemento de Avaliação	Pertence a que componente	Número	Peso dos elementos	Nota Mínima	Como é que funciona o recurso?	Trabalhadores Estudantes
Projetos	Teórica/ Teórico-prática OU Prática	Máximo 5	A definir pelo docente	A definir pelo docente, de acordo com o ponto 9 do artigo 5º	O docente pode permitir o recurso de algum (ou mesmo todos) os projetos	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais.

### Modelos Adicionais, aplicáveis aos cursos da área de Ciências de Educação

(Cursos de 1º Ciclo em Ciências da Educação e em Educação Básica e cursos de 2º Ciclo: Ciências da Educação - Administração Educacional; Ciências da Educação - Educação Sénior; Ciências da Educação - Inovação Pedagógica; Ciências da Educação - Supervisão Pedagógica; Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico.)

### Modelo de Avaliação E (Mestrados de Investigação)

Elemento de Avaliação	Pertence a que Componente	Número	Peso dos elementos	Nota Mínima	Como é que funciona o recurso?	Trabalhadores Estudantes
Trabalhos (Papers)	Teórica ou Teórico-prática	Máximo 2	A definir pelo docente	A definir pelo docente	Não há exatidão de recurso. O docente pode permitir a melhoria de um dos elementos, quando não atingido o nível mínimo	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais

### Modelo de Avaliação F (Iniciação às práticas profissionais e Prática de Ensino Supervisionada)

Elemento de Avaliação	Pertence a que Componente	Número	Peso dos elementos	Nota Mínima	Como é que funciona o recurso?	Trabalhadores Estudantes
Projectos Relatórios Trabalhos	Teórico-prática ou Prática	Máximo 3	A definir pelo docente	A definir pelo docente	O docente pode permitir o recurso de um ou mais elementos de avaliação	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais
Portfólios Práticas em contexto laboral	Prática	Avaliação contínua	A definir pelo docente	A definir pelo docente	Não é recuperado em recurso	Aplica-se a mesma regra dos estudantes normais



**Anexo 2**

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão/Passaporte n.º \_\_\_\_\_, aluno(a) n.º \_\_\_\_\_ da Universidade da Madeira, tendo concluído, nesta universidade, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, o curso \_\_\_\_\_, e tendo, nesta data, requerido um certificado de conclusão de curso e o respetivo diploma, declaro que pretendo realizar prova(s) de melhoria de nota, pelo que aceito um certificado com a informação de que a classificação constante no mesmo pode ser mantida ou alterada para um valor superior, em função do resultado dessa(s) prova(s). Após a conclusão do processo referente à(s) melhoria(s) de nota que realizar, entregarei novo requerimento para obtenção do certificado definitivo.

Funchal, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

